

PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO NUMA IFES

<https://doi.org/10.5902/2318133888358>

Ney Carlos Zanette¹
Sergio Adelar Brun²
Carlos Laércio Wrasse³

Resumo

A gestão eficiente do patrimônio público é um desafio para as instituições de ensino, impactando a qualidade dos serviços e dos recursos financeiros. Este estudo compara o sistema patrimonial de uma Ifes Com o Sistema Siads do governo federal. A análise das funcionalidades de ambos os sistemas revela lacunas e oportunidades de melhoria no gerenciamento patrimonial. Um plano de ação educacional foi elaborado para a transição ao Siads, contemplando estratégias de migração de dados, capacitação de usuários, inventários de ativos e designação de responsabilidades. A implantação do Siads melhora o controle dos ativos, promovendo maior transparência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

Palavras-chave: contabilidade; gestão patrimonial; patrimônio público.

EDUCATIONAL ACTION PLAN FOR THE IMPLEMENTATION OF A MANAGEMENT SYSTEM IN AN IFES

Abstract

Efficient management of public assets is a challenge for educational institutions, impacting the quality of services and financial resources. This study compares the asset management system of Ifes with the federal government's Siads. The analysis of both systems' functionalities reveals gaps and opportunities for improvement in asset management. An educational action plan was developed for the transition to Siads, including strategies for data migration, user training, asset inventories, and assignment of responsibilities. Implementing Siads will enhance asset control, promoting greater transparency and accountability in managing public resources.

Key-words: accounting; asset management; public assets.

¹ Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, Paraná, Brasil. E-mail: neyzanette@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-8889-6639>.

² Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, Paraná, Brasil. E-mail: sergiobrun@utfpr.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8674-331X>.

³ Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, Paraná, Brasil. E-mail: carlosl@utfpr.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8010-0794>.

Crerios de autoria: os autores, coletivamente, realizaram a concepção, criação e consolidação do artigo.

Recebido em 23 de julho de 2024. Aceito em 12 de setembro de 2024.



Introdução

A gestão eficiente do patrimônio público é um desafio crucial para instituições de ensino superior, impactando diretamente a qualidade dos serviços prestados e a supervisão dos recursos financeiros. Conforme apontado por Santos (2019), é fundamental garantir a transparência, a eficácia e a responsabilidade na utilização dos bens públicos, buscando atender às demandas da sociedade e promover o desenvolvimento sustentável. Nesse cenário, os sistemas de informação integrados desempenham um papel essencial, melhorando a eficiência dos processos e aumentando o controle e a agilidade nas operações (Fijor, 2014).

O presente estudo delimita-se à análise da gestão patrimonial na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR –, campus Medianeira, com foco específico na transição do Sistema Corporativo Integrado – SCI – para o Sistema Integrado de Administração de Serviços – Siads –, desenvolvido pelo Governo Federal. O problema central reside nos desafios enfrentados pela instituição durante e após a implantação do Siads e como um plano de ação educacional pode contribuir para uma gestão patrimonial mais eficiente, em conformidade com os princípios da administração pública. Diante desse contexto, o objetivo geral da pesquisa foi elaborar um plano de ação educacional passível de implantação e execução do Siads na UTFPR-MD.

A relevância deste estudo reside na necessidade de identificar os desafios e oportunidades na implantação do Siads na UTFPR-MD, visando a fornecer recomendações aos gestores para uma transição bem sucedida, com potencial para melhorar a eficiência no controle patrimonial e, conseqüentemente, a administração dos recursos públicos. Conforme destacado por Laudon; Laudon (2004), os sistemas de informação gerenciais são fundamentais para apoiar os gestores no processo decisório, ao provar dados relevantes de forma organizada.

A metodologia adotada nesta pesquisa é um estudo de caso comparativo com uma perspectiva qualitativa, analisando o SCI, em específico o Sistema Patrimonial – Sipat –, e o Siads. Esta abordagem é comparativa, uma vez que o Siads está sendo implantado na administração pública federal, tornando relevante a compreensão das diferenças e semelhanças entre os sistemas.

Gestão patrimonial na administração pública

A gestão patrimonial desempenha um papel crucial na administração pública contemporânea, envolvendo o controle efetivo dos bens públicos para promover a responsabilização, conformidade legal e uso responsável dos recursos em benefício da coletividade (Souza, 2022). Conforme ressalta Kohama (2016), o patrimônio público pertence à sociedade, cabendo ao Estado geri-lo em prol do bem comum. O patrimônio público abrange um conjunto de bens tangíveis e intangíveis, como terrenos, prédios, veículos, móveis, equipamentos, softwares, marcas e licenças, que viabilizam o funcionamento da máquina pública e a entrega de políticas públicas essenciais (Lima; Silva, 2021).

Além do controle físico e contábil, a gestão patrimonial sustentável deve incorporar diretrizes para a destinação final ambientalmente correta dos bens inservíveis, conforme previsto no decreto n. 9.373/2018 (Brasil, 2018). Para executar as rotinas de gestão patrimonial de forma ágil e confiável, é fundamental o uso de sistemas informatizados integrados, além de soluções tecnológicas como etiquetas com códigos de radiofrequência – RFID – para rastreabilidade em tempo real dos ativos (Pedroso; Zwicker; Souza, 2009). Também é essencial a capacitação dos agentes patrimoniais, a criação de uma política de gestão de ativos, um manual de procedimentos e a participação dos usuários.

Em organizações complexas, como as universidades, os desafios da gestão patrimonial se ampliam devido à grande diversidade de itens, unidades descentralizadas e rotatividade de usuários. Nesse contexto, é fundamental investir na modernização dessa área, com atenção para a tecnologia da informação, capacitação profissional, legislação orientada, responsabilidade socioambiental e participação dos usuários, aumentando os padrões de economicidade, eficiência e respeito ao meio ambiente na administração dos bens públicos.

Sistemas de informação na gestão patrimonial

Os sistemas de informação são essenciais para possibilitar a coleta, armazenamento, processamento e disponibilização de informações fidedignas permitindo a gestão eficiente do patrimônio público (Fijor, 2014). No entanto, os estudos identificaram que muitas instituições públicas ainda trabalham com setores descentralizados e sistemas não integrados, dificultando o compartilhamento de dados (Bernardes, 2009; Lima; Silva, 2021; Gonçalves, 2021).

A integração entre os diversos sistemas internos e externos é crucial para aumentar a eficiência dos processos de gestão patrimonial. Além disso, os sistemas de informação modernos permitem o rastreamento em tempo real dos bens, agilidade no inventário, acesso a dados confiáveis e redução de erros (Tapia; Rossato; Piccinin, 2015). Contudo, é necessário que os alinhamentos sejam feitos às necessidades dos usuários e aos fluxos de trabalho institucionais (Fernandes, 2018).

Tecnologias como código de barras –RFID, IoT, BIM e blockchain –, são apontadas como promessas para controle em tempo real, automação de rotinas, rastreabilidade e confiabilidade dos registros patrimoniais, mas sua adoção requer avaliação de custo-benefício e alinhamento com as reais necessidades das instituições (Fijor, 2014). Diversos estudos reforçam a importância de sistemas eficientes, políticas adequadas, capacitação de servidores, padronização de procedimentos e conscientização sobre a relevância do controle patrimonial (Viecelli, 2013); (Moraes, 2021); (Lima Junior, 2017); (Santos, 2019). Além disso, é destacada a necessidade de um sistema integrado de contabilidade na Administração Pública para fornecer informações completas sobre os ativos (Torres Junior; Silva, 2003; Fijor, 2014). Em suma, verifica-se que os sistemas de informação são imprescindíveis para uma gestão patrimonial eficiente, mas a integração entre sistemas, capacitação de equipes, eliminação de processos obsoletos e adoção de tecnologias modernas ainda representam desafios para muitas instituições públicas.

O plano de ação é um instrumento fundamental de gestão estratégica, surgindo da necessidade de transformar estratégias em ações concretas. Seu desenvolvimento acompanhou a evolução dos conceitos de gestão e planejamento organizacional.

Metodologias como o ciclo PDCA e as metas Smart – específicas, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e temporais –, trouxeram abordagens sistemáticas e diretrizes importantes para a definição de objetivos claros no planejamento (Campos, 2020). Uma técnica amplamente utilizada é o 5W2H, fornecendo uma abordagem detalhada para a implantação do plano (Campos, 2020).

Conforme ressaltam Chiavenato e Sapiro (2020), a elaboração de um plano de ação não apenas melhora os métodos de trabalho, mas também promove o trabalho em equipe e visa a alcançar resultados planejados, enfatizando sua importância como ferramenta dinâmica. Tavares (2005) destaca que os planos de ação são responsáveis por concretizar as estratégias e os resultados do processo, transformando-os em atividades cotidianas com consequências a longo prazo, ligando o sucesso da organização à efetividade de seus planos de ação. Oliveira (2018) define o plano de ação como um conjunto de partes comuns encontradas em diferentes projetos, cada uma relacionada ao tema específico em questão, evidenciando sua adaptabilidade para atender às necessidades específicas de diferentes áreas e projetos dentro da instituição. Em suma, o plano de ação é uma ferramenta essencial para a implantação eficaz de estratégias organizacionais, envolvendo metodologias e técnicas como PDCA, metas Smart e 5W2H, e promovendo o trabalho em equipe e a realização de planos planejados.

A atuação da administração pública é regida pelos princípios jurídicos e administrativos previstos na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional, que servem para garantir a eficácia da gestão dos interesses coletivos.

Segundo Meirelles; Filho (2016), o princípio da legalidade estabelece que, na administração pública, não há espaço para a liberdade ou vontade pessoal, sendo permitido apenas realizar ações expressamente autorizadas pela legislação, ao contrário da administração privada, onde se pode fazer tudo que a lei não proíbe. O princípio da impessoalidade veda favorecimentos injustificados, exigindo que a gestão dos bens públicos atende prioritariamente às necessidades coletivas, evitando interesses privados (Di Pietro, 2020). Já o princípio da moralidade impõe uma conduta ética, honesta e transparente por parte dos agentes públicos na gestão do patrimônio público (Santos, 2021). O princípio da publicidade determina a divulgação abrangente das ações governamentais para permitir o monitoramento da sociedade, enfatizando a importância da transparência na gestão patrimonial. O princípio da eficiência busca obter os melhores resultados com os recursos disponíveis, otimizando o uso dos bens públicos e evitando desperdícios (Carvalho Filho, 2019). O princípio da supremacia do interesse público determina que a aquisição, utilização e alienação de bens públicos devem buscar atender a necessidades coletivas e não a interesses particulares (Mello, 2014). O princípio da indivisibilidade do patrimônio público é crucial para evitar a apropriação privada de bens públicos, destacando que eles sejam especificamente propriedade coletiva (Di Pietro, 2020).

Outros princípios relevantes são a economicidade, a motivação, a autotutela e a segregação de funções, que visam, respectivamente, evitar desperdícios, fundamentar juridicamente os atos, permitir a revisão de atos ilegais ou inconvenientes, e reduzir riscos de erros e fraudes na gestão patrimonial.

Metodologia

A metodologia adotada neste estudo segue uma abordagem aplicada, com foco na resolução de desafios práticos relacionados à gestão patrimonial entre os sistemas SCI e Siads na UTFPR campus Medianeira. A pesquisa se enquadra na categoria de pesquisa descritiva, buscando descrever os sistemas de gestão patrimonial existentes e o sistema a ser implantado na UTFPR-MD para fins de comparação. No que diz respeito à delimitação da pesquisa, concentramos nossa investigação na implantação do Siads na gestão de bens móveis do setor de patrimônio da UTFPR-MD. O recorte processual se concentra nas rotinas de controle de bens móveis permanentes da UTFPR-MD, visando uma análise dessas operações.

Para coletar dados, utilizamos uma combinação de métodos, incluindo pesquisa bibliográfica e documental. Na pesquisa bibliográfica, exploramos a literatura pertinente à gestão patrimonial e sistemas de informação. Utilizamos diversas bases de dados, como Scielo, Scopus, Capes, Google Acadêmico e a BDTD. Além disso, na pesquisa documental, coletamos informações de manuais, relatórios, tutoriais e documentos oficiais relacionados aos sistemas SCI e Siads. Isso incluiu documentos disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional e documentos internos da UTFPR. Essa abordagem nos permitiu obter uma compreensão abrangente e detalhada das funcionalidades e características dos sistemas, fornecendo um quadro completo de como cada sistema aborda o controle patrimonial.

No processo de análise de dados, categorizamos e interpretamos o conteúdo coletado sobre os sistemas SCI e Siads, identificando temas recorrentes, semelhanças e diferenças entre os sistemas. Analisamos os desafios, problemas e oportunidades de melhoria relacionados à transição entre os sistemas, visando compreender as implicações práticas dessa mudança. Além disso, propomos ações para superar os desafios identificados na transição entre os sistemas, como treinamento, capacitação e conscientização para os usuários.

Resultados e discussão

A gestão eficiente do patrimônio é essencial para qualquer instituição, especialmente no setor público, em que os bens pertencem à sociedade. Na UTFPR, essa tarefa é realizada por meio do SCI, desenvolvido internamente para atender às necessidades específicas da instituição. O módulo Sipat é o responsável por controlar todo o ciclo de vida dos bens patrimoniais da UTFPR. Desde a aquisição, seja por compra, doação ou outras formas de incorporação, até a baixa patrimonial, todas as etapas são gerenciadas e registradas nesse sistema integrado.

Aquisição e incorporação de bens: o ciclo se inicia com a compra de materiais permanentes, um processo que envolve a integração de diversos módulos do SCI. Após a compra, a efetiva incorporação do bem é realizada pelo setor de Patrimônio, com o cadastro de informações previstas, como descrição, valor, responsável, dados contábeis e número do termo de responsabilidade.

Transferências e movimentos: a Sipat também é responsável por controlar as transferências de bens entre setores, campi e responsáveis dentro da UTFPR. Essas movimentações seguem ritos específicos, solicitando autorizações formais e atualizações no sistema. Até as mesmas saídas temporárias para atividades externas, como cursos e pesquisas, devem ser devidamente registradas e autorizadas.

Inventário e controle patrimonial: anualmente, é obrigatória a realização de um inventário patrimonial por uma comissão específica, sem vínculo com o Setor de Patrimônio. Esse processo visa a comprovar a existência física dos bens e pode ser auxiliado por leitores de código de barras. O inventário gera relatórios gerenciais e contábeis essenciais para o controle efetivo do patrimônio.

A Sipat também realiza o cálculo da depreciação dos bens, conforme normas vigentes, repassando os valores atualizados para o setor contábil. Além disso, o gerenciamento das baixas patrimoniais, que pode ocorrer por diversos motivos, como transferência, interferência, furto, obsolescência ou destruição. Bens em bom estado podem ser reaproveitados por outros setores ou doados, enquanto baixos por danos ou extravios exigem processos administrativos para apuração de responsabilidades.

Integração e controle: um dos diferenciais da Sipat é sua integração com os demais módulos do SCI, permitindo um fluxo contínuo de informações entre setores como compras, contabilidade e gerenciamento de materiais. Essa abordagem sistêmica garante maior eficiência, transparência e conformidade com as normas aplicáveis à gestão patrimonial no setor público.

O sistema de patrimônio do Siads

A gestão eficiente dos bens patrimoniais é um desafio constante para os órgãos da administração pública federal. Com o objetivo de padronizar e aprimorar esse processo, o governo federal implantou o Siads. Sob a gestão da Secretaria do Tesouro Nacional, o Siads vem sendo gradualmente implantado em diversos órgãos federais, oferecendo funcionalidades abrangentes para o gerenciamento e controle de bens móveis, permanentes, de consumo, intangíveis e frota de veículos federais. Alinhado às normas do *Manual de contabilidade aplicado ao setor público*, o sistema viabiliza o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação desse acervo de forma integrada e transparente.

Cadastro e Movimentação de bens: o Siads permite o cadastro detalhado dos bens, com informações como descrição, dados de aquisição, valor, estado de conservação e forma de aquisição. Esses dados estão vinculados a um número de tombamento único, facilitando o controle e o rastreamento ao longo de todo o ciclo de vida do bem. O sistema também possibilita o registro de movimentações diversas, como transferências entre unidades gestoras, cessões, trocas de responsabilidade e devoluções. Todas essas operações são submetidas a um fluxo de trabalho com validações e aprovações necessárias, garantindo a integridade dos dados e o cumprimento dos procedimentos.

Inventário patrimonial integrado: um dos pontos fortes do Siads é o processo de inventário de bens móveis, que envolve a utilização de ambientes web, mobile e de grande porte. Inicialmente, o inventário é aberto no ambiente web, bloqueando os bens da unidade a serem inventariados. Em seguida, a coleta dos dados é realizada por meio de um aplicativo móvel, utilizando recursos como câmera, leitores de código de barras ou RFID. Após o envio do arquivo de coleta, eventuais conflitos serão resolvidos no ambiente web.

Quaisquer divergências ocorridas durante a coleta são ajustadas no ambiente de grande porte, permitindo a atualização de informações como localização, situação ou descrição dos bens. Por fim, o inventário é finalizado no ambiente web, gerando um relatório consolidado.

Depreciação e manutenção: o Siads também contempla o cálculo automático da depreciação dos ativos, proporcionando uma representação precisa da desvalorização ao longo do tempo. Esses dados são exportados automaticamente para o sistema Siafi, garantindo a integração contábil e o controle centralizado dos bens patrimoniais. Além disso, o sistema permite o registro de saídas temporárias para manutenção, otimizando o ciclo de vida dos bens e reduzindo os custos com reposições ocasionais.

Baixas patrimoniais: o siads contempla diversas modalidades de baixa do ativo imobilizado, como baixa administrativa, doação, venda, inutilização e abandono. Estas operações seguem os trâmites legais aplicáveis, garantindo a conformidade e a transparência na gestão dos bens públicos.

Integração com o Doação.gov: num esforço para promover o consumo consciente e sustentável, o governo federal implementou a plataforma Doação.gov, desenvolvida pelo Ministério da Economia. Essa ferramenta facilita a oferta e a incorporação de bens móveis e serviços para administração pública, desburocratizando e conferindo transparência aos processos de transferência de patrimônio. Os bens móveis recebidos por meio do Doação.gov são incorporados ao Siads pelos órgãos beneficiários.

Comparação dos sistemas de patrimônio SCI e Siads

A partir da descrição realizada, é possível tecer algumas comparações entre os sistemas SCI e Siads no que diz respeito ao módulo de gestão de bens patrimoniais móveis: ambos permitem cadastro com informações padronizadas, histórico, controle de transferências e responsáveis, integração com sistema contábil, leitura de código de barras para inventário e emissão de relatórios gerenciais.

O Siads viabiliza a realização de inventário eletrônico em plataforma mobile. O Siads é continuamente atualizado para estar em consonância com as definições governamentais sobre gestão de materiais; apresenta algumas vantagens, como controle de depreciação integrado, painéis de indicadores, workflow com validações e maior aderência à legislação federal; amplia a automação do registro contábil, ao possibilitar que o ato e fato das ações administrativas sejam registrados no Siafi em tempo real; prevê alimentação mais centralizada, demandando mudança de fluxos; aumenta a padronização dos controles patrimoniais entre todas as instituições federais, facilitando a visão consolidada pela administração pública federal; possui controle do tombamento de materiais permanentes com numeração única dos bens. O SCI possui o controle do tombamento de materiais permanentes com a numeração dos bens restritos à UTFPR e tem a praticidade de ter sido desenvolvido pela própria UTFPR, permitindo adaptações às necessidades específicas da instituição. No SCI os dados são lançados de forma descentralizada em cada campus. Ambos os sistemas atendem aos requisitos estabelecidos, ao se considerar as exigências mínimas de uma base de dados para o controle patrimonial e em relação à observância dos princípios legais na administração pública.

A partir da comparação realizada, foram identificados alguns desafios importantes relacionados à implantação do Siads para o controle patrimonial na UTFPR: necessidade de migração de todos os dados cadastrados no SCI para o Siads, demandando planejamento e execução cuidadosos do processo de migração; a migração para o Siads exigirá mapeamento do plano de contas, treinamento dos usuários, cadastramento automatizado ou manual de todos os bens e possivelmente ajustes nos procedimentos internos; revisão e padronização do plano de contas da UTFPR para alinhamento com o padrão do Siads; definição da logística de cadastramento de novos itens a partir da implantação, considerando a estrutura multicampi; capacitação abrangente de equipes envolvidas, incluindo treinamentos presenciais, manual, guia rápido e suporte adequado; possível resistência à adoção do novo sistema por estar habituado ao SCI, exigindo estratégias para engajamento dos usuários; realização de inventário físico completo antes da migração, para garantir a fidedignidade dos dados no novo sistema; revisão dos fluxos de trabalho, eliminando etapas redundantes e adequando procedimentos ao funcionamento do Siads; designação de responsáveis pela guarda dos bens, não somente das chefias, para aumentar o cuidado e controle dos itens. O enfrentamento adequado desses desafios será fundamental para que a transição para o Siads transcorra da melhor forma possível, trazendo os benefícios esperados para a gestão patrimonial da UTFPR a médio e longo prazo .

Plano de ação educacional na UTFPR-MD

A proposta aborda a metodologia 5W2H, um processo estruturado para elaborar planos de ação. Essa metodologia, segundo Possarle (2018), pode ser vista como uma técnica para estruturar o pensamento de maneira sistemática e concreta antes de implementar uma solução em determinado ambiente. A ferramenta 5W2H, baseia-se em sete questionamentos essenciais sobre os principais pontos do planejamento: what (o que deve ser feito), why (por que deve ser feito), where (onde deve ser feito), when (quando será feito), who (por quem será feito), how (como será feito) e how much (quanto vai custar). Esses questionamentos permitem uma análise abrangente de cada aspecto do plano de ação, garantindo uma abordagem completa e detalhada para sua implantação. A seguir a proposta de plano de ação educacional na UTFPR-MD.

Figura 1 –
Plano de ação.

5W2H – Plano de Ação Educacional



Fonte: autores (2024).

What (O quê) é a implantação e execução do Sistema Integrado de Administração de Serviços para controle dos bens patrimoniais móveis da UTFPR-MD. O Why (Por quê) tem a função de garantir uma gestão mais eficiente dos recursos patrimoniais da instituição, atendendo aos requisitos legais e promovendo o uso consciente dos bens públicos. Who (Quem) é utilizado para coordenação centralizada pela Direção de Planejamento e Administração da UTFPR-MD, envolvendo todas as unidades da instituição, entre elas estão as equipes de inventário físico da UTFPR, a comissão específica para implantação, os profissionais de TI para auxiliar na migração de dados e os servidores lotados no setor de Patrimônio e usuários das unidades envolvidas. Where (Onde) é para a divisão de patrimônio da UTFPR, e setores administrativos envolvidos. When (Quando) é a proposta do plano de ação que poderá ser executada ao longo de um período, conforme cronograma a ser estabelecido pela Dirplad da UTFPR-MD e da Reitoria da UTFPR. How (Como) é a parte que inicia com a realização do inventário físico, pela constituição de comissões locais para o inventário que farão o levantamento detalhado dos bens móveis da UTFPR-MD e passando esses dados por migração para elaboração e mapeamento dos mesmos, adequando ao formato do novo sistema. Haverá uma revisão e padronização do plano de contas para integração com o novo sistema e capacitação dos usuários que vão utilizá-los em parceria com os órgãos de governo para treinamento de multiplicadores, além da produção de manuais, guias rápidos e tutoriais em vídeo, com posterior realização de treinamentos presenciais e virtuais para os usuários das unidades envolvidas. Após isso, será realizada a definição de fluxos de trabalho e de novos fluxos alinhados ao funcionamento do novo sistema patrimonial com uma revisão e adaptação dos procedimentos internos para integração com o novo sistema de patrimônio e em consequente, realizada a designação de corresponsáveis para a emissão de termos de corresponsabilidade para aumentar o controle dos bens nas unidades. How much (Quanto) são os recursos necessários para a execução do plano de ação incluem as equipes para

realização do inventário físico, migração de dados, infraestrutura para treinamentos presenciais e virtuais, material didático e digital, Siads homologado e disponibilizado pela STN, apoio técnico da STN. Os custos referem-se na sua maioria a horas de trabalho dos servidores envolvidos. Já o Sistema Siads é ofertado gratuitamente, sendo custeado pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

Considerações finais

A gestão eficiente do vasto patrimônio público é um desafio constante para os órgãos governamentais, essencial para que possam cumprir suas missões institucionais com o melhor uso dos recursos disponíveis. Nesse contexto, os sistemas de informação desempenham um papel vital, viabilizando o controle analítico e a tomada de decisões embasadas em relação ao conjunto de bens pertencentes a entidades complexas, como as universidades públicas.

Este estudo incluiu uma análise detalhada dos processos de registro patrimonial no SCI da UTFPR, identificando áreas de eficiência e oportunidades de melhoria. A descrição do Siads, em adoção gradual nos órgãos federais, trouxe insights valiosos sobre suas capacidades e funcionalidades específicas, destacando como pode contribuir para aprimorar a gestão patrimonial na instituição.

A comparação criteriosa entre o SCI e o Siads evidenciou importantes desafios e oportunidades relacionados à transição de um sistema para o outro, como mudanças nos fluxos de trabalho, migração de dados, padronização de contas, treinamento de usuários e inventário físico. O plano de ação educacional proposto reúne medidas práticas para endereçar essas questões cruciais, buscando minimizar riscos e garantir que a adoção do SIADS traga melhorias efetivas nos processos, conformidade, qualidade da informação e eficiência da gestão patrimonial. Embora circunscrito ao contexto da UTFPR, este estudo abre caminhos para pesquisas futuras sobre a implantação do Siads em outras instituições públicas, em busca de lições e boas práticas aplicáveis. Avaliar os resultados eficazes obtidos com a utilização do novo sistema, após um período de adoção, também se mostra relevante.

Em tempos de escassez de recursos, o zelo pelos bens públicos e a eliminação de desperdícios tornam-se imprescindíveis. Nessa perspectiva, uma pesquisa sobre sistemas eficientes para a gestão patrimonial pode contribuir significativamente para avanços nessa importante frente de melhoria da administração pública contemporânea.

Referências

BERNARDES, José Francisco. *Administração patrimonial nas instituições públicas federais no contexto da gestão do conhecimento*. Florianópolis: UFSC, 2009. 267f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina.

BRASIL. *Decreto n. 9.373, de 11 de maio de 2018*: institui o sistema de execução orçamentária e financeira do governo federal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, p. 6, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9373.htm. Acesso em: 30 ago. 2023.

CAMPOS, Leticia M F. *Administração pública estratégica: planejamento, ferramentas e implantação*. Curitiba, Contentus, 2020.

- CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. São Paulo: Atlas, 2019.
- CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. *Planejamento estratégico: da intenção aos resultados*. São Paulo: Atlas, 2020.
- LIMA, Regina C. de; SILVA, Adriano W. D. A Gestão Patrimonial em instituições federais de ensino. *Revista Mundi Sociais e Humanidades*, Curitiba, v. 6, n. 1, 2021, p. 110-1 a 110-30.
- MORAES, Renato A. de. A gestão patrimonial na administração pública. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 7, n. 4, 2021, p. 604-622.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. São Paulo: Atlas, 2014.
- FERNANDES, Elizabeth Carvalho. *Controle patrimonial: análise da gestão dos bens móveis de caráter permanente no IF Sertão PE*. Salvador: UFBA, 2018.143f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia.
- FIJOR, Thiago Frederic Albert. *O controle patrimonial como ferramenta de governança pública: o caso da Universidade Tecnológica Federal do Paraná*. Curitiba: UTFPR, 2014. 119f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
- GONÇALVES, Anderson Luiz Parron. *Gestão patrimonial: o processo de desfazimento de bens permanentes na Universidade Federal da Grande Dourados*. Dourados: UFGD, 2021. 122f. Dissertação (Administração Pública em Rede Nacional) – Universidade Federal da Grande Dourados.
- KOHAMA, Heilio. *Contabilidade pública: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2016.
- LAUDON, Kenneth C; LAUDON, Jane P. *Sistemas de informação gerenciais: administrando a empresa digital*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.
- LIMA JÚNIOR, José A. M. *Gestão de ativos fixos no setor de ensino*. Salvador: Centro Universitário Senai Cimatec, 2017.
- MEIRELLES, Hely L; FILHO, José E. B. *Direito administrativo brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2016.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2014.
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, práticas*. São Paulo: Atlas, 2018.
- PEDROSO, Marcelo Caldeira; ZWICKER, Ronaldo; SOUZA, César Alexandre de. Adoção de RFID no Brasil: um estudo exploratório. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 12-36, 2009.
- POSSARLE, Roberto. *Ferramentas da qualidade*. São Paulo: Senai, 2018.
- SANTOS, Antonio Miguel Barros Tenorio Varjao dos. Guilty as a Subjective Element of Administrative Improbability. *Revista de Direito da Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2021, p. 60-100.
- SANTOS, Fabio Dias dos. *Gestão ambiental e patrimonial na Universidade Federal de Juiz de Fora: um estudo de caso da coordenação de sustentabilidade*. Juiz de Fora: UFJF, 2019. 112f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora.

SOUZA, Thiago Ramos de. *Os desafios da gestão patrimonial na administração pública federal*. São Paulo: Dialética, 2022.

TAPIA, Jaiser; ROSSATO, Marivane Vestena; PICCININ, Yvelise. *Desenvolvimento de um modelo gerencial para destinação sustentável de bens patrimoniais inservíveis em Ifes*. VI CONGRESSO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 2015. Anais ... Rio de Janeiro: Adcont, 2015.

TAVARES, Mauro Calixta. *Gestão estratégica*. São Paulo: Atlas, 2005.

TORRES JUNIOR, Fabiano; SILVA, Lino Martins da. A importância do controle contábil e extracontábil dos bens permanentes adquiridos pela administração pública federal. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da Uerj*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2003.

VIECELLI, Mateus Eduardo. A importância do controle patrimonial para as entidades públicas: um estudo de caso no centro de educação superior do norte do Rio Grande do Sul (Cesnors). *Revista de Administração*, Frederico Westphalen, v. 11, n. 20, 2013, p. 9-28.